

## Ministério da Integração Nacional

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 681, DE 9 DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 resolve:

Art. 1º Designar os servidores MARIA EUGÊNIA DE AQUINO, engenheira, matrícula SIAPE nº 0002012, GINA MARIA DE SOUZA, datilógrafa, matrícula SIAPE nº 0877469 e ERNANI CÉSAR E SILVA CABRAL, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, matrícula SIAPE nº 1243093, para, sob a presidência da primeira, comporem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e, no prazo de 60 (sessenta) dias, apurar os fatos de que trata o Processo nº 03120000158/95-37, referente ao Convênio nº 048/95-MPO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 570 de 26 de agosto de 2002.

LUCIANO BARBOSA

(Of. El. nº GM096)

## AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

#### PORTARIAS DE 8 DE OUTUBRO DE 2002

A DIRETORA-GERAL DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - ADA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VI do art 17, da Medida Provisória 2.157-5, de 24 de agosto de 2001 e pelo inciso VI do art. 20 do Decreto nº 4.125, de 13 de fevereiro de 2002, resolve:

Nº 38 - Designar MARCIA DENISE COSTA ALVES, para exercer a Função Gratificada FG-2, da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA.

Nº 39 - Designar IRENE YACHIYO ISHIKAWA, para exercer a Função Gratificada FG-1, da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA.

Nº 40 - Designar TÂNARA SUELY REIS BARROS, para exercer a Função Gratificada FG-1, da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA.

Nº 41 - Designar FRANCISCO OTÁVIO FIGUEIREDO BANDEIRA, para exercer a Função Gratificada FG-1, da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA.

TERESA LUSIA MÁRTIRES COELHO CATTIVO ROSA  
(Of. El. nº CGRH/174)

## Ministério da Justiça

### GABINETE DO MINISTRO

#### RESOLUÇÃO Nº 17, DE 9 DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, e dando cumprimento a decisão unânime do colegiado, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para conhecer e acompanhar denúncias de crimes de tortura em todo o País, e para elaborar sugestões de mecanismos que proporcionem maior eficácia à prevenção e repressão a esses crimes.

Art. 2º A Comissão Especial terá a seguinte composição:

PAULO SÉRGIO PINHEIRO, Secretário de Estado do Direito Humanos (Presidente);

HUGO LUÍS DE CASTRO MELLO, Diretor do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos e Secretário Executivo do CDD-PH;

NILMÁRIO MIRANDA, Deputado Federal;

MARIA ELIANE MENEZES DE FARIAS, Subprocuradora Geral da República e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão;

JOSÉ ROBERTO FIGUEIREDO SANTORO, Subprocurador Geral da República;

PERCÍLIO DE SOUSA LIMA NETO, Ordem dos Advogados do Brasil;

IVANA FARINA, Procuradora Geral de Justiça do Estado de Goiás;

ANTÔNIO RODRIGUES DE FREITAS JÚNIOR, Secretário Nacional de Justiça;

CORONEL JOSÉ VICENTE DA SILVA FILHO, Secretário Nacional de Segurança Pública;

ARMANDO DE ASSIS POSSA, Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal;

ROMEU OLMAR KLICH, Coordenador do Movimento Nacional dos Direitos Humanos;

DORA LÚCIA DE LIMA BARRETO, Professora da Universidade Federal do Paraná;

TEREZA MARIA MASCARENHAS, Membro do Conselho Cultural da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

Art. 3º A Comissão Especial exercerá as suas atividades pelo prazo de um ano, prorrogável pelo tempo que for considerado útil ao exercício de suas atribuições, apresentando relatórios parciais e relatório final dessas atividades ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Art. 4º A Coordenação Geral do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e o Departamento de Polícia Federal prestarão à Comissão Especial o apoio necessário ao exercício de suas atribuições.

PAULO DE TARSO RAMOS RIBEIRO

(Of. El. nº 368/2002-GM)

#### PORTARIAS DE 10 DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, resolve autorizar, até 31 de dezembro de 2002, a cessão da seguinte servidora pertencente ao Quadro Permanente deste Ministério, na forma abaixo indicada:

Nº 1.288

Nome: MARIA GORETH DIAS PINTO

Cargo: Agente de Portaria, classe C, padrão V

Matrícula SIAPE: 0161150

Para: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Cargo a ser ocupado: Não especificado

Amparo Legal: art. 93 da Lei nº 8.112/90; inciso V do art. 8º do Decreto nº 4.050/2001 e inciso III do art. 8º da Lei Complementar nº 75/93

Responsabilidade do ônus: Órgão Cedente

Processo: 08001.006091/2002-69

(Of. El. nº 372/2002-GM)

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência atribuída pelo inciso I, do art. 1º, do Decreto nº 4.243, de 22 de maio de 2002, resolve:

Nº 1.289 - Exonerar, a pedido, PAULO RIBEIRO DE QUEIROZ, Delegado de Polícia Federal do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, do cargo de Chefe de Gabinete, código DAS 101.4, do mencionado departamento.

Nº 1.290 - Nomear MARIA DO SOCORRO SANTOS NUNES TINOCO, Delegado de Polícia Federal do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, para exercer o cargo de Chefe de Gabinete, código DAS 101.4, do mencionado departamento.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência atribuída pelo art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nº 1.291 - Designar MARLUS KELLER RIANI para substituir a Diretora, código DAS 101.5, do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico, no período de 14 a 18 de outubro de 2002, em virtude de ausência da titular.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999, e de acordo com os artigos 117, incisos IX e XII, 132, incisos IV, XI e XIII, todos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c o art. 9º, caput e inciso X, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08667.000.208/98-84, resolve

Nº 1.292 - Demitir MARCUS VALÉRIO MAGNAGO, matrícula SIAPE nº 1.070.549, do cargo de Policial Rodoviário Federal, do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça, por valer-se do cargo para lograr proveito pessoal, em detrimento da dignidade da função pública, receber propina, em razão de suas atribuições, improbidade administrativa e corrupção, observando-se, em consequência, as disposições do parágrafo único do art. 137 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

PAULO DE TARSO RAMOS RIBEIRO

(Of. El. nº 373/2002-GM)

### DESPACHOS DO MINISTRO

Em 8 de outubro de 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o afastamento do País ao servidor JOSÉ VICENTE DA SILVA FILHO, Secretário Nacional de Segurança Pública, para participar do "I Congresso de Cooperação Internacional em Tecnologia Aplicada à Investigação Criminal", na cidade de Buenos Aires, Argentina, no período de 7 a 9 de outubro de 2002, incluindo o trânsito, com ônus. (Processo nº 08004.001098/2002-64).

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o afastamento do País ao Delegado de Polícia Federal ROGÉRIO AUGUSTO VIANA GALLORO, Coordenador de Controle e Expedição de Passaportes do Departamento de Polícia Federal - DPF, para participar do "I Congresso de Cooperação Internacional em Tecnologia Aplicada à Investigação Criminal", na cidade de La Plata, Argentina, no período de 7 a 10 de outubro de 2002, incluindo o trânsito, com ônus. (Processo nº 08205.011090/2002-40).

PAULO DE TARSO RAMOS RIBEIRO

(Of. El. nº 192sbp)

Em 10 de outubro de 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o afastamento do País ao Delegado de Polícia Federal MARCOS DAVID SALEM, Chefe da Delegacia de Combate ao Crime Organizado e de Inquéritos Especiais da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, para participar da "Conferencia Regional del Grupo de Acción Financiera Internacional de Sudamerica - GASIFUD, sobre Blanqueo de Capitales", na cidade de Cartagena de Índias, Colômbia, no período de 14 a 19 de outubro de 2002, incluindo o trânsito, com ônus limitado. (Processo nº 08200.011505/2002-25).

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o afastamento do País aos Delegados de Polícia Federal SEBASTIÃO CARLOS CARVALHO, Coordenador-Geral de Disciplina e RUBENS GRANDINI, Corregedor-Regional de Polícia da Superintendência Regional do DPF no Estado do Mato Grosso do Sul, para participarem do "Seminario La Policía ante el Siglo XXI: Retos y Nuevos Procesos de Actuación Policial", na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, no período de 6 a 12 de outubro de 2002, incluindo o trânsito, com ônus limitado. (Processo nº 08200.011438/2002-49).

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o afastamento do País aos Delegados de Polícia Federal ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS, Diretor de Polícia Judiciária, ANÍSIO SOARES VIEIRA, Coordenador de Controle de Produtos Químicos e MAURO SPÓSITO, lotado na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Amazonas, para participarem da "V Reunião da Comissão Mista Antidrogas", na cidade de Bogotá, Colômbia, no período de 16 a 19 de outubro de 2002, incluindo o trânsito, com ônus limitado. (Processo nº 08200.011464/2002-77).

PAULO DE TARSO RAMOS RIBEIRO

(Of. El. nº 174)

## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

#### PORTARIAS DE 10 DE OUTUBRO DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo artigo 1º, item I, da Portaria Ministerial nº 50-MJ, de 10.02.95, publicada no Diário Oficial da União de 13.02.95, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Apelação Cível nº 278562 - CE (2002.05.00.001108-2), pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (ref. AO nº 99.0000511-2 - 10ª VF/CE), (Prot. nº 08200.011538/2002-75), resolve:

Nº 981 - Revogar a Portaria nº 333-DPF, de 17.03.1999, publicada no DOU nº 52, de 18.03.1999, que nomeou JOSÉ CALIXTO JÚNIOR para o cargo de Agente de Polícia Federal.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo